



MINISTÉRIO DA CULTURA  
SECRETARIA DE CIDADANIA E DIVERSIDADE CULTURAL  
DIRETORIA DE PROMOÇÃO DAS CULTURAS POPULARES  
DPCP/SCDC/GM/MinC

Ofício nº 304/2023/DPCP/SCDC/GM/MinC

Ao Senhor

**KLEBER MORAES**

Presidente do Instituto Casa da Vila.

Assunto: **Acompanhamento da execução do Termo de Fomento nº 930011/2022.**

Processo SEI nº: 72031.003787/2022-29	Proposta nº: 005568/2022	Termo de Fomento nº: 930011/2022
Emenda Parlamentar nº: 28260021	Parlamentar: Erika Kokay	Valores: R\$ 200.000,00
Conveniente: Instituto Casa da Vila		
Objeto: Realizar o Festival Canteiro do Samba, com apresentações musicais de samba de raiz e samba contemporâneo, no Distrito Federal		
Vigência: 17/11/2022 a 24/01/2024		
Valor global: R\$ 200.000,00	Repasso: R\$ 200.000,00	
	Contrapartida Financeira: R\$ 0,00	

Prezado Sr. Presidente,

1. Cumprimentando-a cordialmente, com o intuito de proporcionar o melhor desempenho na execução do **Termo de Fomento nº 930011/2022**, faz-se necessário observar as disposições da [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), do [Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016](#). Isto posto, recomenda-se a adoção dos seguintes procedimentos:

- Manter atualizado o Cadastro da Organização da Sociedade Civil na Plataforma Transferegov quanto às alterações em seus atos societários e mandato de dirigentes, conforme preconiza o [parágrafo 5º, art. 26, do Decreto 8.726/2016](#).
- Manter atualizadas as abas do Módulo de Execução do Sistema de Convênio Plataforma Transferegov. Segue detalhamento dos documentos que deverão ser incluídos em cada uma das abas da Plataforma:
  - Pagamentos:
    - Registrar documentos que comprovem a saída de recursos da conta do Termo de Fomento em pagamento aos fornecedores ou entidades sem fins lucrativos. Em relação à liberação às entidades sem fins lucrativos, deverá ser selecionada a opção pagamento parcial e informado o valor da parcela repassada em cada exercício. Além do registro dos pagamentos, deverá anexar os documentos correspondentes:
      - Comprovante de pagamento;
      - Comprovante de transferências identificadas; e
      - Documentos de liquidação.
    - Registrar os documentos emitidos pelos fornecedores e/ou entidades sem fins lucrativos, e inserir documentos de comprovação dos recursos liberados, a exemplo:
      - Nota Fiscal, Recibo de Pagamento a Autônomo, Folha de Pagamento, Diárias, Passagens, Guias de recolhimento, INVOICE Documento Fiscal de Importação (Inscrição Genérica IG) e Nota Fiscal/Fatura; (Todos os referidos documentos deverão conter a identificação do número do Termo de Fomento).
  - Contratos/Subconvênios:
    - Registrar os contratos e/ou subconvênios firmados com os fornecedores e/ou entidades selecionados e inserir documentos digitalizados de comprovação (Contratos firmados para prestação de serviços e /ou fornecimento de bens)
  - Processo de Execução:
    - Registrar os procedimentos os utilizados para a aquisição de bens ou contratação de serviços (licitação/dispensa /inexigibilidade);

- **Observação:** DECISÃO nº 833/2002 TCU Plenário - Ata nº 24/2020 na qual a corte afirma que demonstrativos emitidos por meio de sistemas SIAFEM não são suficientes para demonstrar a movimentação bancária dos recursos, por não apresentarem elementos essenciais à comprovação do efetivo repasse, tais como, identificação do favorecido; conta do favorecido, valor da transferência e data do repasse;
  - Cópia dos cheques; e
  - Relatório de pagamentos/dépósitos/transferências emitidos pela agência bancária responsável pela conta do Termo de Fomento.
- Gerar os Relatórios de Execução relativos à execução do projeto. É indispensável que guardem conciliação entre si e com o extrato bancário. São eles:
- Receita e Despesa do Plano de Trabalho;
  - Físico do Plano de Trabalho;
  - Financeiro do Plano de Trabalho;
  - Documentos de Liquidação; e
  - Pagamentos Realizados.
  - **Observação:** Os demais devem ser preenchidos conforme as peculiaridades de cada Termo de Fomento:
    - Beneficiários Direto do Projeto;
    - Treinados e Capacitados;
    - Bens e Serviços de Obra;
    - Bens Adquiridos;
    - Despesas Administrativas; e
    - Bens e Serviços de Contrapartida.
- Anexar na aba Plano de Trabalho/ Anexos da Execução:
- Outros documentos que comprovem a boa e regular execução do objeto do Termo de Fomento, como por exemplo:
- Registros fotográficos, lista de presença das ações formativas e seus resultados, assim como o número de participantes de eventos, seminários, cursos etc., e links de vídeos das atividades executadas;
  - Publicações eventualmente existentes sobre o projeto (ex: matéria jornalística) e outros documentos que demonstrem o impactos qualitativos e quantitativos do Plano de Cultura na instituição e na comunidade.
2. Ressalta-se que os dados solicitados têm como objetivo avaliar a execução física das atividades do instrumento de apoio em conformidade com as metas, fases e etapas previstas no plano de trabalho pactuado.
3. Por oportuno, salienta-se que é imprescindível observar o cronograma de execução aprovado e **a data de término da vigência, que está prevista expirar em 24/01/2024**. Caso seja necessário alterá-la, será preciso solicitar a celebração de termo aditivo de vigência ao Termo de Fomento, por meio da Plataforma Transferegov.br, aba "Execução Conveniente / TA's", no prazo de até 30 dias antes do término da vigência, sendo necessário comunicar o pedido junto à DPDC/SCDC/MinC ([dpcp@cultura.gov.br](mailto:dpcp@cultura.gov.br)). Abaixo a relação dos procedimentos e documentos necessários para a solicitação de aditamento:
- Inserir na aba Execução Conveniente / TAs:
    - Solicitação de prorrogação da vigência;
    - Ofício de solicitação com especificação do novo prazo necessário para a conclusão do objeto, justificativa para o pleito e cronograma de execução detalhado apresentando as ações que serão realizadas e o período inicial e final destas.
4. Cumpre ressaltar que o instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Plano de Trabalho pactuado, sendo vedada a execução de ação distinta, sem prévia autorização desta Secretaria. Caso seja necessário alterá-lo, será preciso solicitar o ajuste, por meio da Plataforma Transferegov, aba "Execução Conveniente / Ajuste do PT", no prazo de até 30 (trinta) dias antes do término da vigência, sendo necessário comunicar o pedido junto à DPCP/SCDC/MinC ([dpcp@cultura.gov.br](mailto:dpcp@cultura.gov.br)). Abaixo a relação dos procedimentos e documentos necessários para a solicitação de aditamento:
- Inserir na aba Execução Conveniente / Ajuste do PT:
    - Solicitação de alteração do Plano de Trabalho;
    - Ofício de solicitação com especificação de todas as metas e etapas alteradas, justificativa para o pleito e cronograma de execução detalhado apresentando as ações que serão realizadas e o período inicial e final destas.
5. Ademais, salientamos que como a duração da vigência da parceria excede um ano, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto, conforme disposto no Art. 67, § 2º da [Lei nº 13.019/2014](#).
6. Observa-se que a "organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver", conforme preconiza o parágrafo 5º, art. 26, do [Decreto 8.726/2016](#).
7. Por fim, informamos que esta Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural fica à disposição para esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)  
SANDRA CIPRIANO CHAVES  
**Coordenadora-Geral**  
DPCP/SCDC/MinC



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Cipriano Chaves, Coordenador (a) Geral**, em 11/08/2023, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1344746** e o código CRC **3A07C584**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.003787/2022-29

SEI nº 1344746